



Prefeitura Municipal de Natividade da Serra

Edital de Audiência Pública

Cumprimento das Metas Fiscais (Lei de Responsabilidade Fiscal)

TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017

*A Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, em atendimento ao disposto no § 4º, do Artigo 9º, da Lei Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, torna público a realização da **Audiência Pública** para apresentação à Comissão de Finanças da Câmara Municipal, da avaliação do cumprimento das **Metas Fiscais** do Município, relativas ao no **Terceiro Quadrimestre de 2017**, que ocorrerá no **dia 20 de fevereiro de 2018**, com início às **18:00 horas**, no **plenário da Câmara Municipal de Natividade da Serra**, situada à Rua dos Fernandes, nº 251 – Centro, convidando os interessados e a população do Município.*

Natividade da Serra, 06 de Fevereiro de 2018.

Maria Lourdes de Oliveira Carvalho - Prefeita Municipal



Ata de Audiência Pública

3º Quadrimestre de 2017

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2018, com início às 18:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do Terceiro Quadrimestre de 2017** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º...

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	24.880.000,00	24.011.757,23	96,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.048.200,00	880.303,24	83,98
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	116.577,64	61,36
RECEITA PATRIMONIAL	237.500,00	137.193,32	57,77
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.505.000,00	25.844.325,86	97,51
(CONTAS REDUTORAS)	(3.400.000,00)	(3.169.963,27)	93,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	299.000,00	203.320,44	68,00
RECEITAS DE CAPITAL	680.000,00	3.000,00	0,44
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	680.000,00	3.000,00	0,44
TOTAL DA RECEITA	25.560.000,00	24.014.757,23	93,95

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	24.925.090,00	23.353.676,31	93,70
PESSOAL E ENCARGOS	13.284.350,00	12.788.799,49	96,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.639.740,00	10.564.876,82	90,77
DESPESAS DE CAPITAL	700.910,00	455.346,43	64,97
INVESTIMENTOS	431.910,00	205.588,19	47,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	269.000,00	249.758,24	92,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	25.626.000,00	23.809.022,74	92,91
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B)		205.734,49	0,86%

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou superávit da ordem de R\$ 205.734,49 (0,86%), conforme prevista nas Leis Orçamentárias - PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	24.880.000,00	24.011.757,23	96,51
RECEITAS DE CAPITAL	680.000,00	3.000,00	0,44
SUBTOTAL	25.560.000,00	24.014.757,23	93,95
DEDUÇÕES			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	222.000,00	99.172,44	44,67
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	25.338.000,00	23.915.584,79	94,39
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	24.925.090,00	23.353.676,31	93,70
DEDUÇÕES			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
SUBTOTAL	24.924.090,00	23.353.676,31	93,70
DESPESAS DE CAPITAL	700.910,00	455.346,43	64,97
DEDUÇÕES			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	269.000,00	249.758,24	92,85
SUBTOTAL	431.910,00	205.588,19	47,60
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	25.356.000,00	23.559.264,50	92,91
RESULTADO PRIMÁRIO		356.320,29	1,49%

O SUPERÁVIT de R\$ 356.320,29 (1,49%), demonstra que durante o período, foram cumpridas todas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (LDO = R\$ 539.200,00).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	3.540.515,51	3.657.535,18
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	1.036.174,86	1.445.959,28
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	587.258,58	630.737,50
II - DEDUÇÕES (*)	449.916,28	815.221,78
III- Dívida Consolidada Líquida (I - II)	3.091.599,23	2.842.313,40
IV- Receita de Privatizações	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III - V)	3.091.599,23	2.842.313,40
RESULTADO NOMINAL (B-A)		-249.285,83

Pelo demonstrativo acima, fica comprovado que o Município se encontra dentro dos limites constitucionais, com leve redução do saldo de estoque de dívidas consolidadas, estabelecidas para o Resultado Nominal no período. (Meta Fixada na LDO 2017 = R\$ 263.312,00)

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		3º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	23.060.675,52		24.396.994,41	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	11.648.794,19	50,51	12.781.372,13	52,39
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)			12.515.658,13	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	12.452.764,78	54,00	13.174.376,98	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	231.775,03	1,01	231.056,59	0,95
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	2.767.281,06	12,00	2.927.639,33	12,00



DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		3º QUADRIMESTRE	
	23.060.675,52		24.396.994,41	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
		3.540.515,51	15,35	3.657.535,18
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	27.672.810,62	120,00	29.276.393,29	120,00

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado com Saúde	3.274.331,36	4.535.600,34
Percentual Aplicado em Saúde (%)	15%	22,15%

EDUCAÇÃO

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF)	4.387.679,50	5.662.318,27
Percentual Aplicado no Ensino (%)	25%	32,26%

FUNDEB

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Magistério	1.676.813,54	2.794.689,23
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	60%	100,00%

PUBLICAÇÕES

- Edital de audiência publicado no jornal "Diário de Taubaté" nº 12.820, pág. 4B de 06/02/2018.
- Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre/2017.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 6º Bimestre/2017.
- Relatórios publicados no jornal "Diário de Taubaté" Edições nº 12.810, págs. 4B e 5B de 23/01/2018 e 12.813, págs 5B e 6B de 26/01/2018.
- Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 26/01/2018.

RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- O Município está com as finanças em equilíbrio.
- O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal;
- Cumpriu os limites para Dividas de Longo Prazo;
- Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre/2017;
- Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 6º Bimestre/2017;
- O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (inclusive Fundeb).

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 20 de fevereiro de 2018.



LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE DA SERRA, REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 18:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Jose Paucio Paucio	30214849-1	JH-5
2	Fabiano Ap. L. Cyr	43.337.374-6	F
3	ANTONIO (MIL) DE OLIVEIRA	19486464-6	A/O
4	Evair Augusto da Santa	30755114-3	Santor
5	Denise C. Menezes Menezes	30.567.371-3	denise C.M. menezes
6	PROF JOSÉ ROBERTO DIAS	25.012.761	
7	JOSÉ AUMBERTO	13.924.327-6	J/A
8	Benedito Anderson de Campos	43.371.258-4	B/A
9	Renilson da Silva	48.273.639-2	R/S
10	Adair Moreira	17.628.036	A/M
11	Walmir José Santos	18126027-8	W/S
12	Prof. Roberto	15901221-6	R/S
13	Regina A. Alves	25914120-8	R/A
14	Fernando Menezes	6172756	F/M
15	Patricia A. Ferreira	30473263-1	P/A
16	Benedito Valdeci Junior	142280173	B/V
17	José Carlos de Jesus	18732001-9	J/C
18	DANIELA CASSAL	30854337-3	D/C
19	ROBERTO GIUNTA	14649333	R/G
20			